Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Brasília, 26 de junho de 1962.

No Palácio do Planalto, ao receber líderes sindicais.

É sensibilizado que agradeço aos trabalhadores brasileiros, aqui representados pelos dirigentes de seus órgãos de classe, esta visita que fazem ao Presidente da República para lhe trazer a reivindicação de que sejam aprovadas medidas e leis de interêsse da classe operária do País. Recebo a todos com a maior satisfação, neste clima democrático pelo qual lutamos juntos em tantas oportunidades. E desde logo desejo ressaltar que, tôdas as vêzes, principalmente nos graves acontecimentos políticos, estivemos unidos na defesa da ordem legal e das instituições democráticas.

Ouvi, com a devida consideração, as palavras do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e entendo que a classe operária tem, não só o direito, mas o dever de lutar pelo atendimento de suas aspirações. Ao virem a Brasília, para uma audiência marcada com o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, os líderes sindicais estão cumprindo um dever e não cabem, portanto, explorações em tôrno desta visita ao Chefe da Nação e da que farão à Casa do Congresso Nacional, que vai decidir sôbre leis que tanto interessam aos trabalhadores.

Ainda hoje, pela manhã, comentando notícias de certos jornais a respeito de explorações que se pretendem fazer por motivo desta visita, muito honrosa para o Presidente da República, dizia eu a alguns amigos que podiam ficar tranqüilos, pois a ninguém mais do que à classe operária interessa que sejam mantidas, no País, em sua plenitude, as franquias democráticas. A classe operária não deseja a ditadura, não deseja o golpe: ao contrário, tem sempre combatido o golpismo.

No tocante à reivindicação dos trabalhadores para o pagamento do 13º mês de salário e do salário-família, disse muito bem o presidente da CNTI: que confia no patriotismo do Congresso Nacional, no patriotismo dos que representam o povo nas duas Casas do Congresso, porque êste mesmo Congresso, ainda há pouco, votava e transformava em lei, com a sanção do Presidente da República, o aumento do salário-família para todos os servidores federais. O Congresso e o Presidente, que consideram socialmente justa a instituição do salário-família para os servidores públicos, não poderão negá-lo aos trabalhadores. Quanto ao 13º mês de salário, em contato que mantive, ontem, com categorizados representantes de diversos partidos no Senado Federal, cheguei à convicção de que o desejo dessa Casa do Legislativo, ao votar a urgência-urgentíssima, foi o de atender às lideranças sindicais e da classe trabalhadora, no sentido da aprovação dessa medida, que constitui, hoje, uma das mais sentidas reivindicações dos operários do País.

Ouvi, também, as palavras do presidente da CNTI e da digna representante da Liga Feminina do Estado da Guanabara, a respeito da conjuntura em que vivemos e do desejo da classe operária e do povo brasileiro de que seja constituído, no País, um govêrno democrático e nacionalista. Interpretaram ambos o desejo de que, de acôrdo com a ordem constitucional vigente, e por ocasião da substituição do atual gabinete, demissionário por fôrça de desincompatibilização dos candidatos às próximas eleições, seja estabelecido um govêrno que atenda aos sentimentos da classe operária, um govêrno que enfrente, corajosamente, os graves problemas do País.

Conhece a classe operária, de longa data, o meu pensamento sôbre as reformas, que considero inadiáveis, para a tranqüilidade da família brasileira e para a própria sobrevivência do regime democrático. Entendo que um país jamais poderá fazer repousar a sua grandeza e a sua independência sôbre a miséria das classes populares. Um país nunca terá paz social, se a intranqüilidade lavrar no seio das grandes massas. Por isso, quero dizer, com tôda a clareza e com a responsabilidade de Chefe da Nação, que estou convencido de que sòmente através de reformas de profundidade conseguiremos o almejado clima de paz e de desafôgo, com o fortalecimento das instituições e o respeito do povo pela democracia.

Ao lado das providências de emergência, contra o abuso do poder econômico e os que insistem em enriquecer mais ainda à custa das dificuldades populares, precisam ser tomadas, urgentemente, medidas de profundidade, como a reforma agrária, que correspondam ao interêsse nacional. A reforma agrária deve possibilitar, antes de tudo, o acesso imediato do trabalhador rural à terra, que êle trabalha com sacrifício. Não será no regime de exploração que conseguiremos tornar mais barata e mais acessível ao povo a produção de gêneros alimentícios. Não será no regime dos arrendamentos extorsivos, nem no do "cambão", que resolveremos o problema básico da alimentação e do abastecimento. E, além da reforma agrária, necessitamos de uma reforma bancária, feita em consonância com os interêsses gerais; de melhor distribuição das riquezas; de uma regulamentação legal da remessa de lucros para o exterior, que, da maneira como se processa, constitui permanente sangria em nossos recursos.

Não vejo, portanto, nenhum motivo de preocupação e muito menos de alarma no fato de lutarem os trabalhadores pelas suas reivindicações, dentro do respeito à ordem e à lei. Agitação, talvez incontrolável, seria criada neste país, se se pretendesse abafar, pela opressão, a voz livre e democrática da classe operária. Se é um direito legítimo o daqueles que pensam diferentemente dela, e divulgam, com liberdade, suas opiniões através da imprensa, do rádio e da televisão, é igualmente legítimo o direito dos trabalhadores de dar a conhecer ao País o seu pensamento. Se certos setores da vida nacional têm um pensamento sôbre determinado problema, nós o respeitamos, mas não admitiremos que, em virtude dessa opinião, se impeça que outros setores, sobretudo a classe operária, também se manifestem livremente. A classe obreira encontra maiores dificuldades para expressar o seu pensamento, porque não dispõe de recursos para levá-lo a todos os recantos do País. E, por isso, é natural que o faça nas praças e nas ruas, que pertencem a todos os brasileiros.

Quero, mais uma vez, agradecer aos trabalhadores a visita que fazem ao Presidente da República, nesta manifestação calorosa, sincera e leal, prestigiando-o para que êle possa, dentro do atual regime, organizar um govêrno que vá ao encontro das aspirações

legítimas do povo brasileiro. São realmente os trabalhadores os responsáveis pela ordem democrática em nosso país. Em todos os movimentos de certas fôrças retrógradas para intranqüilizar a Nação, têm sido êles os maiores defensores da ordem pública, como aconteceu na última crise político-militar, quando o povo saiu à rua para exigir a preservação do regime democrático. Tenho a certeza, portanto, e nem preciso apelar para a inteligência e a bravura da classe operária, de que serão os dirigentes sindicais, serão as entidades obreiras, serão os trabalhadores esclarecidos e cada vez mais politizados que constituirão, como constituíram no passado, as sentinelas avançadas na luta pela manutenção da ordem legal.

Ao transmitirem à Nação, livre e democràticamente, o seu pensamento, cumprem os trabalhadores um dever de consciência e tenho a certeza de que êles saberão respeitar, como sempre o fizeram, o pensamento daqueles que divergem do pensamento da classe operária. Os trabalhadores, por meios democráticos e legais, farão com que o País sinta o seu desejo de que se constitua um govêrno à altura das dificuldades atuais, um govêrno que pense, acima de tudo, nos superiores interêsses do povo brasileiro, um govêrno que continue o esfôrço daqueles que vêm lutando — e muitos o fizeram dentro do atual sistema — para que o País saia desta situação e, através de reformas de base, atinja o objetivo a que aspiram as correntes mais vivas da Nação: um Brasil com paz, tranqüilidade e independência.

Ao terminar, faço votos, inspirado na confiança que deposito nos parlamentares brasileiros, para que o Congresso Nacional, ao recebê-los hoje, atenda com justiça as reivindicações que preocupam a classe operária de todo o País. Que Deus nos ajude, trabalhadores brasileiros.